

Os imigrantes no DEOPS-SP: o caso dos portugueses

Alfredo Moreno Leitão*

Resumo: O objetivo deste artigo é mostrar que o processo de modernização da cidade de São Paulo, idealizado pelas elites econômicas, vai esbarrar com algo que era visto como um problema: as camadas pobres da população, composta por nacionais e imigrantes. O projeto visava uma cidade “civilizada e ordeira”, e a população pobre representava o oposto, era vista como “imoral, suja e perigosa”. Para manter esta parcela da sociedade sobre controle, o Estado vai adotar diversas medidas, entre elas, a criação de uma polícia mais aparelhada e repressiva. É neste momento que é criada a Delegacia de Ordem Política e Social, que tem por função, principal, a repressão a qualquer manifestação que ponha em risco a ordem pública. Os estrangeiros, vistos como fomentadores de idéias subversivas, serão o principal alvo da Delegacia. Dentre os estrangeiros punidos pelo DEOPS, estão uma parcela de portugueses que participaram de diversas atividades e organizações vistas como “subversivas”. São estes portugueses meus objetos de pesquisa que estão sendo analisados durante meu mestrado.

Palavras-chave: Imigração. Portugueses. DEOPS-SP.

Abstract: The Object of this article shows that the process of modernization of the city of São Paulo, designed by the economic elites, is going to collide with something that was seen as a problem: the poor population, composed of national and immigrants. The project targeted a city “civilized and orderly”, and the poor population represented the opposite, it was seen as “immoral, dirty and dangerous.” To maintain this portion of society under control, the state will take various providences, among them, the creation of a police more equipped and repressive. At this moment it is created the delegacy of political and social order, which had for main function, the repression of any manifestation that endangered public order. The foreigners, seen as the developers of subsersive ideas, will be the delegacy’s main target. Among the foreigners punished by the DEOPS, there is a parcel of portugueses who participated of various activities and organizations seen as “subversive”. The portugueses are my object of research, who are being anlyzed during my masters.

Key-words: Immigration. Portugueses. DEOPS-SP.

A cidade vigiada

A cidade de São Paulo, em finais do século XIX e começo do XX, vai sofrer um longo processo de reestruturação, tendo como modelo os principais centros urbanos europeus. Pautado, em parte, nos ideais higienistas, e baseado em projetos urbanísticos, patrocinados pela elite cafeicultora, que deixou as fazendas para morar na cidade. Soma-se a isso, o surgimento e desenvolvimento de indústrias na cidade, que vai atrair uma grande quantidade de mão-de-obra que busca no trabalho fabril uma nova oportunidade de subsistência.

A chegada de novos habitantes à cidade em fluxo constante e em grande quantidade, vai provocar um inchaço que a cidade não estava preparada para absorver. Estas pessoas são, em grande parte, trabalhadores oriundo do interior do estado, ex-escravos, brancos pobres e imigrantes descontentes com o trabalho nas lavouras de café; somam-se ainda, nacionais de outros estados e imigrantes chegados a capital vindos diretamente de seus países de origem. Esta população vai ocupar lugares distantes, nas várzeas e margens das linhas férreas, e bairros como o Brás, Bom Retiro, Canindé, transformando as casas em moradias coletivas, cortiços, onde, em alguns casos, famílias inteiras eram obrigadas a ocupar um único cômodo.

Nota-se o surgimento de “duas cidades”: a cidade onde habita as classes abastadas, lugares onde as moradias são bem construídas, arejadas, as ruas bem tratadas, onde existe uma infraestrutura bem montada; a outra, carente de recursos, onde falta saneamento básico, proliferam doenças e onde a população se vê entregue a própria sorte.

Nos ambientes de trabalho os descasos com a população eram ainda piores, trabalhava-se muitas horas por dia, em lugares insalubres, onde mulheres e crianças cumpriam as mesmas funções que um trabalhador homem adulto, e recebiam salários menores. A modernização propagandeada pelo governo não atingia a todos. Caberia a esta população pobre se organizar para suprir, mesmo que precariamente, as suas necessidades básicas.

Será dentro dos clubes, associações culturais, sindicatos, agremiações e mesmo no espaço do trabalho, onde culturas diferentes circulavam, que esta população tomará consciência da necessidade de reivindicar direitos e onde ideologias políticas, como o anarquismo e o comunismo, encontraram terreno fértil para proliferar.

Desse lado da Cidade, esta cultura em cruzamentos teve um papel bastante pedagógico, talvez no modo visado pela ação anarquista, desde cedo criando jornais destinados à circulação nos bairros operários. Esta imprensa teve um papel crucial na formação pública da classe trabalhadora, ou seja, tentou educar os trabalhadores como um corpo político informado (PAOLI; DUARTE, 2004, p. 58).

As elites estavam temerosas da força que as classes populares poderiam ter, e quais seriam as consequências se esta parcela da população, unida, passasse a reivindicar seus direitos.

A partir do final do século XIX, grupos de trabalhadores, no campo e na cidade, passam a promover manifestações de desagravo às condições de vida. Isso se intensifica a partir do início do século XX, quando trabalhadores se organizam em torno de associações e sindicatos, o que fortalece as reivindicações. Se utilizando do artifício da greve, principal mecanismo de luta, que, durante as duas primeiras décadas, vão estourando, aqui e ali. Tendo na greve geral de 1917 o exemplo maior do poder da classe trabalhadora.

Devo, entretanto, ressaltar que dentro das classes populares poderia haver divergências e nem sempre as relações eram harmoniosas, no que diz respeito aos caminhos tomados pela organização das manifestações. Essa população, como foi dito acima, era composta por indivíduos de culturas e experiências diferentes.

Para barrar o avanço dessa massa trabalhadora, os governos, federal e dos grandes centros, vão tomar medidas reguladoras e punitivas, começando pela criação de leis (por exemplo, o Decreto nº. 1641, de 7 de janeiro de 1907, que regulamenta os processos de expulsão) e da reorganização da força policial.

A partir do final do século XIX, a Polícia passa por uma reformulação, seja nas suas atribuições, seja na formação do seu corpo funcional, para atender as novas necessidades do Estado: a repressão política e social. Práticas que se tornam rotineiras principalmente no período republicano “quando o governo utilizou-se de meios violentos para o prolongamento do seu estado de direito” (PEDROSO, 2005, p. 93).

Cria-se o mito da ordem, a edificação de uma sociedade ideal, que se encontra com o plano modernizador e “civilizador” almejado pelo Estado e pelas elites. Essa sociedade idealizada para ser atingida deve afastar e repreender estes grupos que conspiram e destroem a ordem social, que são os anarquistas, comunistas, grevistas, entre outros, além dos despossuídos, de um modo geral. À polícia será atribuída a função de “educar dentro da civilidade” as camadas trabalhadoras e, para tanto, as práticas de violência, quando “pedagógicas”, serão permitidas.

A violência torna-se instrumento de opressão e imposição da vontade particular de um grupo sobre outro.

A ação repressiva visava a circunscrever as facções pobres da sociedade a um espaço restrito de trânsito. Para esses criminosos sociais, a polícia surgiu no final do século XIX como ameaça direta, já que ela deveria preservar a ordem e os valores burgueses da sociedade (PEDROSO, 2005, p. 96).

Devemos ter em mente que esta sociedade seria edificada segundo os anseios das elites, sem a participação do povo. Não se cogitava permitir, a esta parcela da população, a participação direta no jogo político. “O texto constitucional, ao negar o voto aos analfabetos e imigrantes, excluía a grande maioria da classe trabalhadora do processo político-eleitoral.” (MOREIRA, 1988, p. 19).

Temos neste processo contínuo de aprimoramento do poder policial a criação, em São Paulo, no ano de 1924, da Delegacia de Ordem Política e Social, que para minhas pesquisas é de extrema importância, já que é a partir da criação deste órgão especializado que se concentrará todo o aparato repressivo dos crimes de caráter político e social, pelo menos até o início da ditadura militar, em 1964.

O DEOPS-SP¹

Criada em 1924, subordinada ao Gabinete de Investigações e Capturas, a Delegacia de Ordem Política e Social surge com o objetivo específico de impedir qualquer manifestação que colocasse em perigo a ordem pública. Sua atuação será ininterrupta até a sua extinção em 1983.

Durante a sua existência o órgão passou por diversas transformações – de hierarquia e de função –, num processo contínuo que denota a ampliação de sua atuação.

Ora como “delegacia”, ora como “superintendência”, às vezes subordinada ao Gabinete de Investigações, outras à Chefia de Polícia e por vezes até diretamente ao gabinete de Segurança Pública, [...] o órgão sofisticou-se, cresceu em importância. Prova disso é a enorme quantidade de material produzido até 1945, resultado da rigorosa vigilância exercida sobre os estrangeiros no País nesse período (LEITÃO; SILVA, 1998, p. 68).

Como citado acima, um dos focos de vigilância do DEOPS, era a população de estrangeiros que viviam no estado de São Paulo.

Desde o início do século XX, quando as manifestações e as greves tornaram-se mais frequentes, preocupando as elites, o trabalhador estrangeiro passou a ser visto como pivô destes acontecimentos.

Para os governantes e os donos de fábrica, o operário nacional era visto como “obediente”. “Sem paixões ou sem a instilação de idéias subversivas, o operário se submeteria sem tugar nem mugir, pois, por natureza, ele tem boa-fé, é virtuoso, resignado.” (PINHEIRO,

¹ Optei por utilizar a sigla DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), e não DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social), por ser a primeira, a última denominação que o órgão recebeu.

1992, p. 120). Era o estrangeiro que trouxe e propagava “idéias exóticas”, que incentivava as greves, as revoltas, tirando a paz de sociedade.

O mito da ameaça estrangeira, que ganha ainda mais força a partir da Revolução Russa de 1917, é lembrado repetidamente por autoridades, seja do executivo, do legislativo ou do judiciário, ou ainda pela classe empresarial, seja ela nacional ou estrangeira (Matarazzo, Crespi, Pereira Inácio, etc.).

Vamos notar que no discurso das autoridades policiais, o perigo eminente de uma “Revolução Comunista” no Brasil, é justificativa para as práticas repressivas e a desconfiança com o estrangeiro. Isso pode ser notado no relatório produzido pelo Chefe de Polícia, João Carneiro da Fonte, em 1940:

Considerando que a persistência das causas perturbadoras da paz internacional, tais como a luta de classe e de ideologias político-sociais, como a sua inevitável repercussão no país, constitui advertência para que nos acatelemos contra tais fatores de intranqüilidade e insegurança;
Considerando que, para isso, se torna mister definir e esclarecer melhor a orientação da polícia de segurança política e social;
Considerando que esta orientação se faz sentir mais necessária na fiscalização da entrada, permanência e saída de estrangeiros, no Estado (FONTE, 1940, p. 44).

Um conjunto de “leis nacionalizadoras”, a partir de 1938, recaiu sobre os imigrantes. Apesar de lhes serem permitido a criação de clubes, associações, sociedades, nenhuma delas poderia ter caráter político. Aos estrangeiros era vetado qualquer atividade de natureza política. No bojo destas medidas é criada, neste mesmo ano, a Delegacia de Fiscalização de Entrada, Permanência e Saída de Estrangeiros, a qual tinha como atribuição investigar e reprimir as atividades dos estrangeiros no estado de São Paulo.

No início da década de 1940 é criado o Serviço Secreto do DEOPS, um setor estratégico onde se concentravam as investigações mais importantes e sigilosas. O setor compreendia dezesseis divisões: comunismo, integralismo, fascismo, nazismo, niponismo, estrangeiros de modo geral, armas, explosivos e munições, ordem política, ordem social, ordem econômica, censura telefônica, censura telegráfica, censura à imprensa, censura postal, documentação e estatística e correspondência cifrada.

Mesmo sendo prioritário a vigilância a alemães, italianos e japoneses, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial, todos os estrangeiros, de modo geral, foram observados pela polícia. “Tal fato deve-se à lógica de investigação do DEOPS-SP, que, prioritariamente, não buscava o criminoso a partir do crime, mas o crime a partir do (potencialmente) criminoso.” (SWENSSON JÚNIOR, 2002, p. 45).

O imigrante português

Portugal, em meados do século XIX, passava por transformações, reflexos das mudanças da economia internacional, principalmente do avanço do imperialismo e da industrialização.

País agrário, Portugal tinha diferenças regionais muito marcantes. No norte, onde as propriedades eram pequenas de produção familiar, sofria-se com o aumento populacional. Desde o final do século XVIII o índice de mortalidade vinha caindo, graças ao controle de endemias e do saneamento público. A divisão de propriedades pequenas entre muitos herdeiros, se mostrou inviável. A atitude mais freqüente era que um dos herdeiros comprasse a parte dos outros e, estes, ou iam procurar trabalho em outro lugar do país – nas propriedades ao sul, principalmente, já que nos centros urbanos havia pouco mercado de trabalho –, ou emigravam.

No sul, onde predominavam propriedades maiores, a produção era voltada para a exportação e para tanto necessitava de grande quantidade de mão-de-obra. Porém, com os aprimoramentos tecnológicos e a mecanização agrícola o número de desempregados aumentou consideravelmente, criando tensões entre patrões e empregados.

A emigração foi incentivada pelo governo português, como medida necessária para reduzir as pressões sociais e equilibrar as reservas de força de trabalho.

Mas esta situação não era só apanágio de Portugal. Outras regiões da Europa, principalmente as mediterrânicas, viviam situações semelhantes:

Com a desagregação da sociedade do Antigo Regime e introdução de relações capitalistas no campo, a massa de trabalhadores rurais não consegue ser absorvida no trabalho urbano em função do limitado desenvolvimento tecnológico-industrial. Assim, esses trabalhadores buscam na emigração para o outro lado do Atlântico suas sobrevivências (PASCAL, 2005, p. 53).

A imigração portuguesa pode ser dividida em dois períodos, com perfis diferentes: num primeiro momento, que vai aproximadamente de meados do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, onde predominava uma imigração composta por indivíduos do sexo masculino, sem a família e de permanência temporária; visavam amealhar algum dinheiro e retornavam ricos para as suas terras natais, os que conseguiam eram chamados, popularmente, de “brasileiros de torna viagem”. Num segundo momento, o número de famílias e de mulheres casadas, que eram chamadas pelos seus maridos, começa a crescer cerca de 41% em 1891-1899, e 36% em 1910-1919.

A imigração portuguesa para São Paulo foi muito menor do que a italiana, mas nem por isso menos significativa. No período de 1827-1932 entraram no estado de São Paulo 2.624.136 imigrantes, sendo 938.033 italianos; 400.238 portugueses; 383.746 espanhóis e o restante de outras nacionalidades.

Estes portugueses, ao chegarem ao porto de Santos, dirigiam-se, na sua maioria, para as zonas urbanas. Preferiam as cidades ao campo, porque havia mais oportunidades de trabalho, principalmente no comércio e nos setores de serviços e transportes (como carpinteiros, pedreiros, pintores, carroceiros, ferroviários, portuários, motorneiros, etc.). Entre os trabalhadores estrangeiros, os portugueses predominavam em alguns setores. Segundo o relatório do ano de 1935 da “The São Paulo Tramway, Light and Power Co.”, dos seus 8.119 trabalhadores, 4.663 eram brasileiros; 1.831 portugueses; 580 italianos; 448 espanhóis; 164 lituanos e 433 de outras nacionalidades.

Havia também aqueles que se dedicavam ao trabalho nas indústrias, principalmente as mulheres. “Os trabalhadores de origem estrangeira caracterizavam 80,4% da composição étnica da mão-de-obra da indústria têxtil, entre os quais os portugueses representavam 12,5%, sendo prioritariamente do sexo feminino.” (MATOS, 2002, p. 66).

Mas o imigrante português tinha participação em movimentos de caráter político-sociais?

Como foi dito acima, na cidade de São Paulo, onde culturas se cruzavam, idéias eram trocadas e as lutas sociais eram frequentes, a população estrangeira estava fortemente inserida nestas manifestações. Os portugueses, mesmo que em pequeno número, não deveriam estar alheios aos acontecimentos que ocorriam na cidade.

A historiografia que aborda os movimentos sociais em São Paulo, fala muito pouco dos trabalhadores portugueses, da sua militância, das suas idéias; da sua participação em greves, comícios, partidos políticos, etc. Quando fala, muitas vezes o trabalhador português é visto, como desqualificado, despreparado; “eram tidos pelos organizadores do movimento operário como elemento dócil, destituído de consciência de classe” (FAUSTO, 1976, p. 36).

Mas esta idéia pode ser contestada quando analisamos, por exemplo, os processos criminais, notícias de jornal e listas de trabalhadores classificados de “indesejáveis”.

As participações lusas nas greves ocorreram por reivindicações várias, desde a redução da jornada de trabalho para oito horas sem rebaixamento do nível salarial e a abolição das multas que por vezes reduziam muito o ganho dos trabalhadores, até a melhoria dos salários [...] o português das docas e da construção civil fez de Santos um centro de agitação e organização operária, proporcionando à cidade a alcunha de “Barcelona do Brasil”. (MATOS, 2002, p. 68).

Ao analisar os documentos do arquivo do DEOPS, material pesquisado para a minha dissertação de mestrado, constatei que, apesar da pequena quantidade, os portugueses fichados não eram nem “mansos”, nem tão pouco “destituídos de consciência de classe”.

Escolhi para minha pesquisa os prontuários produzidos pelo DEOPS. Foram produzidos ao todo 140.000 prontuários de 1924 a 1983, deste total, aproximadamente, 6.000 dizem respeito a portugueses que foram classificados segundo os “crimes” que cometeram, que podem ser: “Comunismo”, “Anarquismo”, “Falsificação”, “Cafetinagem”, “Crimes Econômicos”, etc.

Os que me interessam são os classificados por crimes políticos (Comunismo e Anarquismo) e entre os anos de 1924 e 1940, neste período existem 180 prontuários.

Nestes prontuários existe uma grande quantidade de documentos que possibilitam analisar a atuação político-partidária de uma parcela da população de imigrantes portugueses no estado de São Paulo.

O que pude constatar, no que diz respeito à questão do despreparo ou da baixa qualificação dos portugueses, nos prontuários pelo DEOPS, isso não ocorre. Nos relatórios dos investigadores, onde se relata as “buscas e apreensões” nas residências ou “aparelhos” pertencentes aos portugueses, é constatada a existência de farta literatura teórica, romances, peças de teatro, jornais e panfletos, versando sobre o Comunismo, o Anarquismo, Socialismo; além, de outras publicações com temas genéricos.

Nos documentos onde é possível identificar a fala do prontuariado, se constata, em alguns casos, os conhecimentos e opiniões destes portugueses sobre questões de caráter político (nacional e internacional) e social. A maneira como se articulam demonstra consciência do mundo que os rodeia.

Como exemplo ilustrativo, do que disse acima, cito dois trechos, de dois prontuários analisados:

O primeiro, é um relatório, datado de 27/01/1936, contando o que foi encontrado dentro da casa de Antonio Cláudio, português, oleiro, residente em Araçatuba, de 44 anos, natural de São João de Areias – Beira Alta:

Na sua residência também foram apreendidos um número da revista ‘Inteligência’, um livro sobre Karl Marx, de autoria de Rosa Luxemburgo, Kautsky e outros autores, e ‘Onde o Proletariado Dirige’, de autoria de Osório César. Este último, o declarante, adquiriu na ‘Livraria Giovannini’, em Biriguy, o outro numa livraria de Araçatuba, de cujo nome não se recorda [...].

O segundo, é uma carta, datada de 25/10/1936, escrita de próprio punho, onde são feitas críticas ao governo brasileiro. Esta carta foi endereçada a Alice Affonso, mas o DEOPS a reteve. Foi escrita, na prisão, por Cypriano Affonso, português, negociante, residente em São Paulo, de 29 anos, natural de Bragança – Trás-os-Montes:

Que este governo está governando interesses diferentes dos do povo, isto é, um governo que luta contra o povo, tendo a seu lado, para apoiá-lo o ouro dos grandes magnatas da alta finança internacional [...]. Certo que no Brasil a muita gente que se move contra este estado de cousas e quando o povo oprimido do Brasil romper os grilhões que o prendem, ruirão por terra os castellos de tirania, abrindo-se de par em par as portas das cadeias [...].

Quero, porém, salientar que os exemplos acima, e outros, não esclarecem se estes portugueses já possuíam algum envolvimento político antes da chegada ao Brasil, mesmo porque, alguns imigraram ainda em tenra idade de suas terras natais ou a dificuldade de descobrir se seus pais eram politizados. Creio que este engajamento político foi adquirido aqui no Brasil por influência de outros militantes. A motivação era fruto das vivências e necessidades porque passaram estes portugueses.

Mesmo havendo discussões a respeito da participação do trabalhador português nos movimentos sociais, se foi positiva ou negativa, muita ou pouca; de como se dava o seu relacionamento com outros grupos de trabalhadores, sejam eles nacionais ou estrangeiros. É inegável a importância dos estrangeiros na organização do movimento operário.

Referências

Bibliografias

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: DIFEL, 1976.

FONTE, João Carneiro da. *Relatório das atividades da Polícia Civil, no exercício de 1939...*. São Paulo: Chefatura de Polícia do Estado de São Paulo, 1940.

LEITÃO, Alfredo Moreno; SILVA, Débora Cristina Santos da. Um histórico do Fundo DEOPS-SP. *Quadrilátero*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 59-70, mar./ago., 1998.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: EDUSC, 2002.

MOREIRA, Sílvia. *São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PAOLI, Maria Célia; DUARTE, Adriano. São Paulo no plural: espaço público e redes de sociabilidade. In: PORTA, Paula. *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

www.pucsp.br/revistacordis

PASCAL, Maria Aparecida Macedo. *Portugueses em São Paulo: a face feminina da imigração*. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2005.

PEDROSO, Regina Célia. *Estado autoritário e ideologia policial*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SWENSSON JR., Walter Cruz. Estrangeiros, política institucional e movimentos sociais. In: AQUINO, Maria Aparecida de et. al. *A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

Fontes

Prontuário n. 208, “Cypriano da Cruz Affonso” – DEOPS-SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Prontuário n. 678, “Antonio Cláudio” – DEOPS-SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

* Alfredo Moreno Leitão é mestrando em História Social pela PUC-SP. E-mail: <alfredomleitao@ibest.com.br>.

Recebido em fevereiro de 2009; aprovado em maio de 2009.